

QUE BRASIL É ESTE?

Emir Sader



O Brasil fecha o século mais importante da sua história de forma paradoxal. De sociedade agrária e primária exportadora, passou a país urbano, com estrutura industrial significativa. Deu o maior salto que uma economia da periferia do capitalismo havia logrado até os anos 80, chegando a estar presente em todos os ramos de ponta da economia há duas décadas.

Do ponto de vista social, com democracia ou ditadura, sempre com concentração de renda, se estendeu a integração social mediante a incorporação de massas crescentes da população à economia formal. A carteira de trabalho — ainda que limitada como passaporte para a cidadania — representava a aquisição de direitos até ali não reconhecidos.

As duas últimas décadas, no entanto, transformaram o panorama. O Brasil chega ao final do século com sua estrutura produtiva desarticulada, com sua economia estruturalmente dependente do capital especulativo, tendo perdido a competitividade internacional que havia conquistado nas décadas anteriores.

A liderança política e econômica do Brasil se debilitou profundamente, o país hoje só assusta pelo risco que pode fazer correr o mercado internacional, no caso de nova crise de fuga de capitais ou de declaração de moratória das dívidas. Não há política externa, mas apenas defesa, limitada, dos interesses econômicos do país no exterior, reduzido que ficou à inserção subordinada, decorrência coerente da teoria da (inter)dependência de FHC (como demonstra claramente o livro de Roberta Transpardini, *A Teoria da (Inter)dependência de FHC*, Editora Topbooks).

Os maiores avanços do fim da ditadura, nos planos social e político, sofreram, na década atual, retrocessos significativos. A “página virada do getulismo” prometida pelo presidente FHC foi feita pelo lado bom do getulismo: a carteira de trabalho assinada. A maior parte dos brasileiros já

não tem essa espécie de contrato de direitos e deveres com a sociedade, ficando sujeitos ao desamparo total — o pior que pode acontecer a um ser humano — com um déficit de cidadania que os joga na exclusão social: deixam de ser sujeitos de direitos básicos, a começar pelo direito ao trabalho.

Politicamente, o impulso democratizante do fim da ditadura se esgotou. As reformas do Estado patrocinadas pelo governo já nada têm a ver com a democracia, mas com a redução do déficit estatal pelo lado dos gastos com os salários do funcionalismo, com os direitos dos aposentados e com as políticas sociais. Todas as instituições que a democracia restaurou ou criou debilitaram-se — Parlamento, Justiça, sindicatos, partidos, movimentos sociais, sociedade civil, lideranças políticas, governos. O presidente governa por meio de medidas provisórias e de negociações com o Congresso, pelo menos duvidosas, moralmente.

Se o Brasil havia deixado a ditadura com o consenso nacional de que o objetivo central da democracia era o

de combater o déficit social legado pelo regime anterior, os anos 90 — especialmente por intermédio dos governos Collor e FHC — deslocaram o consenso nacional para o déficit público. Os avanços sociais e políticos da década anterior pagaram o preço da mudança da correlação de forças a favor das elites dominantes.

A política de estabilização monetária consolidou a hegemonia do capital financeiro, debilitando a capacidade de recuperação produtiva do país, acelerando a informalização das relações de trabalho, deteriorando ainda mais os serviços públicos, aumentando o desemprego e a exclusão social.

Um governo eleito com promessas de luta contra o desemprego, de retomar o desenvolvimento, de privilegiar políticas sociais discutia, às escondidas, com o FMI, já naquele momento, um acordo lesivo para o presente e o futuro do país, para o qual FHC não recebeu mandato, tornando sua reeleição uma fraude eleitoral e mais um golpe de desmoralização da democracia. Os acordos com o FMI deveriam ser submetidos a ple-

biscito nacional, dada sua gravidade para os destinos do Brasil no próximo século e a falta de legitimidade do governo atual para assiná-los.

Enquanto isso o governo recebe um repúdio generalizado da população, com 51% considerando-o ruim e péssimo e apenas 15% julgando-o bom e ótimo. No começo de um segundo mandato obtido de forma questionável, o governo pode ser definido social e moralmente pelo fato de ser amado pelos banqueiros e detestado pelos professores.

A mudança da opinião dos brasileiros, no entanto, se concentra, por enquanto, na imagem do presidente, como personificação de uma política que se demonstra desastrosa econômica e socialmente e de um governo moralmente comprometido. Essa mudança só poderá representar uma alavanca para as transformações profundas que o Brasil requer, quando se refletir em alterações nos pontos de vista das pessoas sobre os problemas fundamentais do país. Quando a oposição souber concretizar um projeto de retomada do desenvolvimento centrado no mercado interno de consumo de massas, com prioridade nas questões sociais, com a refundação do Estado centrado na esfera pública, com uma política externa independente e vigorosa, de unificação da América Latina e aliança com os grandes países excluídos dos três megamercados mundiais — China, Índia, Paquistão, Indonésia, África do Sul, entre outros, e com uma política de valorização prioritária da educação, da pesquisa, da cultura e da identidade nacional (como proposto no livro *A Opção Brasileira*, coordenado por Cesar Benjamin, Editora Contraponto).

Será um Brasil diferente deste atual — menos mercantil, menos injusto, menos violento, mais humano, mais solidário, mais democrático. Vale a pena.

■ Emir Sader, sociólogo e professor da USP e UERJ, é autor de *O Poder, Cadê o Poder?* Ele passa a escrever neste espaço nos domingos